

# BOLÍVIA

## Descaso e Discriminação ao Trabalho da Mulher

LEILA BIJOS



contexto  
educação

### RESUMEN

*O artigo assinala algumas necessidades temáticas que vão desde a aceitação da mulher nos partidos políticos, seu papel na luta democrática, na aquisição de lotes urbanos e suburbanos, até reivindicações por melhores salários e uma ruptura no sistema machista. Sua incorporação no mercado de trabalho urbano realiza-se por ocupações não produtivas, principalmente o serviço doméstico e a prostituição. São reivindicações específicas de uma categoria explorada, massacrada e discriminada pelo contexto socioeconômico.*

**Palavras-chave:** *direitos humanos, análise de gênero, história, ciência política.*

Aceito para publicação em outubro de 2002

## **BOLÍVIA: descaso y discriminación al trabajo de la mujer**

---

**Resumen:** *El artículo señala algunas necesidades temáticas que van desde la aceptación de la mujer en los partidos políticos, su papel en la lucha democrática, en la adquisición de lotes urbanos y suburbanos, hasta reivindicaciones por mejores salario y una ruptura en lo sistema machista. Su incorporación en el mercado de trabajo urbano realizase por ocupaciones no productivas, principalmente el servicio doméstico y la prostitución. Son reivindicaciones específicas de una categoría, masacrada y discriminada por el contexto socioeconómico.*

**Palabras-clave:** *derechos humanos, análisis del genero, historia, ciencia política.*

## **BOLIVIA: neglect and discrimination to women work**

---

**Abstract:** *The article marks some basic issues going from the acceptance of women in political parties, her paper in democratic fighting, the acquisition of urban and suburban land pieces up to claims for better wages and a rupture of the machismo system. Her inclusion into the urban labour market happens through non productive occupations, particularly in domestic help and prostitution. These are specific claims of a category exploited, massacred and discriminated by the social and economic context.*

**Keywords:** *human rights, gender studies, history, politics*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o feminismo e a questão de gênero no âmbito das ciências sociais. O principal critério da análise foi o enfoque da participação política das mulheres na Bolívia durante a Revolução Nacionalista (1952-1964) (Klein, 1984; 1968). As contribuições aqui apresentadas resultam de uma pesquisa bibliográfica em que se procura capturar um momento histórico importante na Bolívia, ressaltando os direitos políticos, a existência dos partidos, a trajetória de líderes feministas e sua evolução política no país.

A história dos povos da Bolívia, cuja evolução se nos apresentou como uma das mais complexas e fascinantes, mostra que havia uma sociedade criada por conquistas imperiais e adaptações indígenas, uma nação dominada pelos povos campesinos de origem pré-colombiana, mas com plena participação na economia mundial.

Nas lutas nacionalistas e revolucionárias na Bolívia, na década de 70, verifica-se uma vigorosa formação sindical, tendo como partícipes os trabalhadores mineiros, num ambiente em que as demais classes sociais pareciam dispersas e escassamente coesas.

A falta de relevância da participação feminina<sup>1</sup>, marcará a nação como uma questão de gênero, que se inserirá numa teoria geral da dominação.

### MOMENTO HISTÓRICO: a questão de gênero e a inserção da mulher boliviana na política

Os anos 20 foram um período em que outros membros da elite começaram pouco a pouco a adotar posições não tradicionais. Em 1920 criou-se o primeiro partido socialista local e em 1921 fundou-se um Partido Socialista Nacional que, embora composto por um pequeno grupo de intelectuais e com um apoio mínimo trabalhista, começou a debater problemas básicos, como a escravidão indígena, o reconhecimento legal do governo comunitário indígena e os direitos trabalhistas e femininos.

A questão de gênero e os direitos trabalhistas, embora fossem idéias novas e revolucionárias no contexto boliviano, já era considerada como parte da tradição política marxista, bem assentada e mais radical, em todos os países vizinhos da Bolívia, incluindo-se o Peru.

A Bolívia constituía um exemplo clássico do sistema latifundiário latino-americano, a extrema desigualdade na divisão de terras mostrava-se imprescindível para controlar a mão-de-obra camponesa. Graças ao seu domínio pela força, os latifundiários controlavam com êxito o acesso à totalidade das melhores terras de todas as regiões do país. Desta forma, conseguiam mão-de-obra barata, oferecendo terra em troca de prestações de trabalho, em troca do trabalho livre no interior das fazendas. Os trabalhadores indígenas sem-terra obtinham o usufruto de parcelas dos latifundiários, podiam levar sementes, ferramentas e, em alguns casos, até animais para o cultivo dos campos, que ao final deixavam para o proprietário com escasso aporte de capital. Cabia aos indígenas, inclusive, o transporte da colheita final.

Neste sentido, com mercados agrícolas protegidos, incentivos e capital, os investimentos feitos pelos fazendeiros em suas propriedades eram mínimos. Soma-se a isso o fato de que os fazendeiros, na maioria das vezes, exerciam uma posição ausente, predominante em todas as regiões rurais, vivendo nos centros urbanos e exercendo profissões urbanas. O resultado de todo este mecanismo traduzia-se no emprego de uma tecnologia rudimentar e o uso de sementes de baixa qualidade, originando uma produção de agrícola primeira necessidade com qualidade inferior. Assim, o setor agrícola permanecia tão atrasado, que não podia satisfazer às necessidades da população nos centros urbanos e no conjunto do país.

Em abril de 1952 houve a derrocada dos militares<sup>2</sup>, colocando um fim ao aparato repressivo do Estado. A distribuição generalizada de armamento às massas populares, a criação das milícias urbanas e camponesas e a neutralização da polícia, contribuíram para transformar a realidade política, econômica e social boliviana em uma revolução social de massas.

Os revolucionários, chamados de “revolucionarios a regañadientes” viram-se, dessa forma, lenta e inexoravelmente, forçados a reformular totalmente a sociedade boliviana.<sup>3</sup>

No segundo semestre de 1952 e no início de 1953 a sociedade rural começou a ser reestruturada, de forma violenta, por jovens radicais políticos que atacaram todo o sistema latifundiário. Movimento similar ao “grande medo” ocorrido durante a Revolução Francesa, que culminou com a destruição dos livros contábeis nas zonas rurais, o assassinato ou expulsão dos mordomos e proprietários e, também, com a tomada violenta das terras. Simultaneamente os camponeses, recorrendo as suas organizações comunitárias tradicionais, organizaram sindicatos camponeses e criaram milícias formais. Embora o campo houvesse permanecido relativamente indiferente e pouco afetado pelos grandes conflitos de abril de 1952, no final daquele ano converteu-se no cenário de uma violência e de uma destruição tremendas.

Graças aos esforços da “Central Obrera Boliviana (COB)”, as comunidades foram organizadas em sindicatos; um representante foi nomeado primeiro-ministro de Assuntos Camponeses, mostrando sua força, totalmente nova e conservadora no cenário nacional. Em virtude das mudanças implementadas, o campesinato converteu-se no bastião dos elementos conservadores do governo central, permanecendo forte durante os próximos 25 anos.

Como pontos negativos convém ressaltar que esta reforma agrária empreendida durante a derrocada do governo, com a nacionalização das grandes minas, a destruição do sistema de fazendas e a designação total dos recursos governamentais para os programas de bem-estar social, contribuiu para criar um caos na economia e na renda nacional. A nacionalização das minas resultou em somas enormes a serem pagas pelo governo, a reforma agrária diminuiu drasticamente o abastecimento de víveres alimentícios nas cidades, obrigando o governo a efetuar maciças importações de alimentos para evitar a inanição da população. A única forma de resolver estes problemas foi incrementar a circulação monetária interna. O resultado deste recurso foi uma das marcas inflacionárias mais altas do mundo entre 1952 e 1956. Durante este período o custo de vida aumentou vinte vezes, com taxas anuais de inflação de mais de 900%.

No final de 1956 os Estados Unidos ajudaram o governo a elaborar o “Plano de Estabilização” para a Bolívia, sob o patrocínio do FMI.

O Plano exigia que a Bolívia equilibrasse seu orçamento, acabasse com a subvenção alimentar concedida aos mineiros, reduzisse os aumentos salariais, estabelecesse somente um tipo de câmbio de

divisas e aprovasse uma série de medidas colaterais que limitavam a iniciativa e os gastos públicos. Além disso, no âmbito das normas do FMI, o plano boliviano era rigoroso, criando uma moeda estável, com uma taxa de inflação próxima de zero num prazo de um ou dois anos.

A moeda foi estabilizada, reduziram-se os *déficits* do governo e o Comibol alcançou um orçamento mais equilibrado. Neste contexto a Bolívia, no início dos anos 60 pôde prescindir dos subsídios orçamentários diretos dos Estados Unidos. Na qualidade de empréstimos e investimentos, recebeu um grande aporte de capital privado e, sobretudo, governamental. Por fim, aumentou a produtividade das minas e iniciou um processo de estabilidade econômica, necessária para que houvesse poupança interna e investimento.

O preço pago pela Bolívia, contudo, foi muito alto. Ocorreram lutas internas, greves, hostilidades, invasões democratas às embaixadas, entre outros fatos relevantes. Lechín tornou-se o inimigo número um dos Estados Unidos, e a esquerda, apesar do clima de revolta, conseguiu dar a Paz apoio decisivo para prosseguir na reorganização total do partido, com uma prorrogação de seu governo. Na estratégia do segundo período presidencial de Paz (1960-1964) percebe-se com evidência o plano de um ataque contra Lechín.

De 1969 a 1978 sucederam-se os regimes militares, cuja política oscilava entre o reformismo, a extrema esquerda e a direita reacionária. Tais orientações dependiam por completo das personalidades e idéias dos oficiais que escalavam o poder, sem que se refletissem sobre a posição do próprio exército.

Em virtude da concentração e densidade do proletariado, com sua vigorosa organização sindical em forma de núcleos, em torno dos trabalhadores mineiros, as demais classes sociais pareciam dispersas e escassamente coesas, embora reproduzissem por todas as partes o modelo sindical de organização trabalhista.

O campesinato estruturado em pequenas propriedades, a classe que se havia sobressaído com maior dinamismo desde a reforma agrária, primeiro em virtude das desapropriações das fazendas e, mais tarde, com a colonização das áreas tropicais, logo se encontrou diante das limitações que o mercado impunha em sua forma produtiva. Os sindicatos agrários, subordinados ao Estado, com as mudanças de garantias para a pequena propriedade rural e constituídos

em órgãos de autoridade comunitária, se mostraram cada vez menos eficazes para agregar os interesses camponeses, crescentemente diferenciados como resultado da própria diferenciação social nas áreas rurais.<sup>4</sup>

## MOVIMENTOS FEMINISTAS

Os estudos dos movimentos políticos e sociais das mulheres na Bolívia, assim como na América Latina, sempre foram tidos como pouco relevantes. Durante vários anos as tendências dominantes nas ciências sociais orientaram as investigações para outras direções, a fim de bloquear o conhecimento real deste tipos de expressões políticas e sociais. No entanto, de acordo com Ardaya (1983, p. 112) a Bolívia aparece como um dos poucos casos de experiência política organizada de mulheres. Os Comandos Femininos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) constituíram-se em importantes bastiões na luta anti-oligárquica no período de 1946-1952. As mulheres tomaram parte nos grupos de resistência, atuaram como agitadoras e propagandistas e, durante a insurreição, participaram da luta nas ruas. Como um movimento social autêntico, a participação feminina tornou-se fundamental para o MNR<sup>5</sup>, criando uma organização de mulheres mineiras que se consolidou e cuja participação tornou-se importante para os sindicatos mineiros. Além deste movimento foi criada, em 1962, a União de Mulheres da Bolívia (Umbo) e a Federação Democrática das Mulheres da Bolívia (FDMB), ambas promovidas pela esquerda boliviana. Em seguida, foi criada a Federação Nacional de Mulheres Camponesas “Bartolina Sisa”, organização adscrita à Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia, cujos objetivos visavam à participação política e sindical da mulher camponesa a nível nacional e cuja consolidação se processou rapidamente.

O MNR foi o primeiro partido político a incorporar organicamente a mulher boliviana em suas fileiras: as mulheres ingressavam na política e faziam política por meio do MNR. As tarefas das mulheres no partido eram, de alguma maneira, “tarefas tipicamente femininas”: apelações judiciais, ofícios religiosos, correios clandestinos, marchas populares, transporte de armamento, cuidados com os enfermos, atenção aos presos, greves de fome, etc., que somente

implicavam o plano traçado pelo partido para elas.<sup>6</sup> Torna-se relevante mencionar que ao aceitar tais incumbências, as mulheres sempre as cumpriam com estrita disciplina orgânica, como mulheres militantes. Tampouco houve mulheres militantes ou intelectuais orgânicas dentro do partido, ou dentro do Comando Feminino – que foi o canal orgânico criado pelo MNR – que assumiram ou lutaram por uma ação politicamente mais importante que lhes permitisse desempenhar um papel específico de luta que as mulheres, como setor discriminado – embora no seio da revolução e do partido – deviam levar adiante. Ao contrário, esperavam pacificamente que o partido e seus chefes determinassem o papel que deveriam desempenhar.

A principal dirigente feminina do partido, Lydia Gueiler, declarou abertamente sua desilusão ao participar do movimento, tendo sido empregada como secretária numa repartição pública. Isto é, as mulheres que se haviam destacado durante o “sexênio”, por sua militância esforçada, depois do triunfo da revolução foram relegadas a um terceiro ou último plano.<sup>7</sup>

Durante o decorrer de todo o processo da revolução nacional a luta de classes e o movimento de mulheres estabeleceram uma relação direta. Esta relação foi o núcleo a partir do qual foram estabelecidos, de forma muito débil, os objetivos de emancipação feminina no marco ideocrático da liberação nacional, luta que inicialmente alcançou certas reivindicações parciais, tais como o voto feminino. No entanto a ação do “capital comercial-financeiro” foi socavando as novas bases do novo Estado e terminou por quebrar sua autodeterminação política, desarticulando o movimento nacional e inibindo o movimento popular e, mais concretamente, o movimento feminino dentro do partido.

A mulher camponesa ingressou passivamente no MNR, mas sua participação se fez por meio do Comando Nacional Camponês ou do sindicato camponês, e esta participação foi indireta, uma vez que era feita por intermédio do esposo ou companheiro. Dessa forma, nunca as mulheres puderam articular suas próprias reivindicações e ligá-las àquelas gerais que o movimento camponês sustentava como próprias.

Na verdade, a incorporação da mulher camponesa no Comando Nacional Feminino do MNR denotava uma falta de estabelecimento de metas políticas e ideológicas coerentes por parte das

mulheres movimentistas, o que as impediu de receberem uma autoridade política e um poder real no seio do partido. Esta ausência de metas as impediu, também, de romper as relações com o aparato estatal e o partido, que não estava interessado em sua liberação, nem permitia que as mulheres se convertessem num autêntico catalisador de mudanças sociais, constituindo-se em um instrumento de integração social e de dependência de uma nova ordem instaurada.

Não obstante tornarem-se eleitoras, e candidatas nas eleições de 1956, as mulheres não obtiveram sucesso.<sup>8</sup> Naquele ano somente três delas foram incluídas nas listas parlamentares do MNR como deputadas suplentes.

A fim de que se processasse as tarefas concretas e específicas no âmbito do “Comando Nacional Feminino”, surge um grupo de mulheres denominado de “Barzolas”.<sup>9</sup> Na verdade o chefe do partido, Victor Paz Estenssoro, desejava transformar este grupo em “uma espécie de polícia secreta feminina”. Este grupo transformou-se num instrumento de repressão, pelo qual a Bolívia guarda um sentimento de rancor, devido a atitudes negativas para com os trabalhadores que reivindicavam seus direitos. Por exemplo, quando um grupo reclamava de algo, as “Barzolas” apareciam a sua frente utilizando navalhas, tesouras, estiletos e atacavam a todos os participantes, mesmo que estes estivessem reclamando de causas justas perante o governo. No parlamento, também, as “Barzolas” enfrentavam os manifestantes que falavam mal do MNR e os atacavam com tomates e ovos, tiravam-nos do plenário e fazia com que se calassem. As “Barzolas” eram mulheres geralmente analfabetas, esposas de militares, ou simplesmente esposas de militantes do MNR, que tinham como atividade principal ser “donas de casa”, isto é, estar encarregadas fundamentalmente da reprodução da força de trabalho familiar, atividade que requeria por parte delas uma complementação salarial fora do lar, já que o salário do marido era insuficiente.

A participação das mulheres “Barzolas” foi muito importante no “loteamento” e na distribuição posterior de terras urbanas e suburbanas aos adeptos e militantes do MNR.

Torna-se relevante citar a organização das mulheres nas minas: denominado de “Comité de Amas de Casa”, cujo início remonta a 1960, quando um grupo de 60 mulheres se organizou para conse-

guir a liberdade de seus companheiros, que eram dirigentes e que haviam sido presos por exigirem melhores condições de trabalho. As mulheres conseguiram tudo o que queriam depois de submeter-se a uma “greve de fome” durante dez dias. E, a partir daí, decidiram organizar-se numa frente chamada de “Comitê de Donas de Casa da Siglo XX”.<sup>10</sup>

Desde então este Comitê esteve a par dos sindicatos e outras organizações da classe trabalhadora, lutando pelas mesmas causas, fazendo com que sua voz fosse ouvida nas altas instâncias governamentais e atentas na execução das tarefas que a classe trabalhadora propunha.

## UMA SEGUNDA REFORMA AGRÁRIA NA BOLÍVIA

A realidade atual nos apresenta um contingente de camponeses que lidera a luta agrária na Bolívia, constituído por uma nova geração nascida após 1952. Eles assimilaram o fato de que, diferentemente de seus pais, não nasceram como servos da gleba e, sim, como homens livres. “Libertos” inclusive dos meios de produção necessários e suficientes para gerar excedentes que lhes permitam inserir-se como produtores de mercadorias no mercado capitalista e possibilitar, dessa forma, um processo de acumulação de capital.

Durante este longo período de mudanças agrárias, o Conselho Nacional de Reforma Agrária (CNRA) sofreu cortes e amputações em suas atribuições originárias, ao longo de vários governos, fazendo com que haja, hoje, um peso exorbitante na propriedade minifundiária, inclusive nas novas zonas de colonização, fazendo florescer uma concentração da propriedade latifundiária da terra. De um total de 550 mil camponeses minifundiários, apenas 4 milhões de hectares são de sua propriedade, enquanto 40 mil empresários são donos de 32 milhões de hectares (Estellano, 1988, p. 40).

A Revolução Nacionalista (1952-1964), com a conseqüente reforma agrária de 1953, não produziu o esperado desenvolvimento industrial nas cidades, nem um aumento da produção e produtividade do pequeno agricultor. Houve um retrocesso à situação de 1952: uns poucos proprietários (fazendeiros, em grande proporção ausen-

tes de suas propriedades) são donos da maior parte das terras e um grande número de camponeses não conseguiu mudar seu estado permanente de miséria. Eles possuem pequenas parcelas improdutivas e/ou são camponeses sem-terra que oferecem a um preço vil sua força de trabalho ao mercado.

Questiona-se a razão de tanta miséria. Como é que os camponeses chegaram a esta situação? Os fatores que contribuíram para este estado se reporta ao governo de Paz Estenssoro (1952-1956) e aos sucessivos governos do MNR, que se viram submetidos a fortes pressões dos organismos internacionais de crédito controlados pelo capital financeiro. Isto se traduziu no condicionamento dos programas de ajuda e à restrição e anulação do CNRA e nas dependências oficiais como no próprio Ministério de Assuntos Agrários e Agropecuários (Ministerio de Asuntos Campesinos y Agropecuarios (Maca).

Durante o governo do general Hugo Banzer realizaram-se as maiores concessões de terras e se constituíram as grandes empresas chamadas “empresas medianas”, embora as terras trabalhadas alcancem 7% da grande propriedade. Existe, na realidade, uma relação direta entre as ditaduras militares e o surgimento do “neolatifundismo”.

Miguel Urioste refere-se a este período como:

Para los autores de la Ley de Reforma Agraria, el latifundio constituía la personificación de los obstáculos del desarrollo. Esa fue la principal concepción de la comisión redactora. Las razones de justicia y restitución de libertad y propiedad fueron secundarias, ya que la ideología predominante fue pasar de una economía tradicional a otra moderna, en la que se eliminara la renta de la tierra. En esta concepción se trató de acelerar el desarrollo del capitalismo en el agro y por eso la ley legitimó el neolatifundio denominándolo empresa agrícola (1988, p. 41).<sup>11</sup>

O mais agravante e paradoxal numa situação como esta é que 80% da produção de alimentos da Bolívia (milho, arroz, cevada, trigo, batata, etc.) é produzida nas propriedades dos camponeses minifundiários. O valor da produção agropecuária minifundiária, sem se levar em conta a folha de coca, está estimada em 500 milhões de dólares, mas aproximadamente 60% desta produção é consumida pelo camponês e sua família (p. 42).

Em resumo, mantém-se a situação de uma economia de subsistência, mascarada pelo objetivo de “modernização” delineado pela reforma agrária de 1953, que somente desejava uma produção excelente destinada à exportação e orientada para a valorização do grande capital nacional e internacional.

A família camponesa encontra-se, cada vez mais, descapitalizada pela falta relativa de recursos, por sua tecnologia primitiva e pelos efeitos da penetração capitalista no meio rural. O homem rural produz em pequena escala somente para o consumo local.

A análise do setor agrícola nos ajuda a compreender porque o sistema deseja manter o camponês atado à terra, com a intenção de diminuir as pressões sobre a economia não-agrícola nos momentos em que há excedente de mão-de-obra. Bourdieu diz que “a força da autoridade científica, que se exerce sobre o movimento social e até no fundo das consciências dos trabalhadores, é muito grande...” (1999, p. 73). Trata-se de compreender o mundo moderno capitalista, que se interessa em manter e reproduzir a economia rural, na qual o custo da mão-de-obra é barato, enquanto o mercado permanece atrelado ao setor moderno da economia, funcionando como um amortecedor para milhões de trabalhadores subempregados, que gerariam pressões sobre o sistema social e político.<sup>12</sup>

A análise do setor agrícola e a incorporação da mulher ao mercado de trabalho urbano inferem sobre o fenômeno da migração, que se constitui num elemento determinante. Esta migração do camponês indígena do Altiplano e dos vales, assim como a possibilidade de acesso à terra com uma extensão mínima de 50 hectares, proporcionaram uma configuração denominada de “*agro cruceño*”, em que se combina a produção minifundiária com a grande produção mecanizada.<sup>13</sup>

O aumento da migração tem sido influenciado pelas tendências de crescimento demográfico que, no caso da mulher, se vê associado pela falta de empregos na zona rural e pela marginalização a que o desenvolvimento globalizado as condena.<sup>14</sup> As famílias camponesas bolivianas estão localizadas em regiões distantes dos mercados, sem estradas de acesso permanente e sem energia elétrica. Os grandes produtores de algodão, cana-de-açúcar e gado, e os produtores de soja, sorgo e arroz, foram forçando os colonos a fim de que se transformassem em mão-de-obra assalariada. Estes grandes

produtores são colonizadores estrangeiros (menonitas, japoneses e alemães) donos das melhores terras, com maior extensão, de melhor qualidade e dotadas de melhor acesso rodoviário que as regiões colonizadas pelos camponeses bolivianos.

Trata-se de uma situação comparativamente exitosa em relação às colônias estrangeiras, donde se infere uma situação racista por parte dos grupos dominantes, denunciando o “fracasso” dos colonizadores *kollas* ou indígenas dos Andes.

Os camponeses, na atualidade, mantêm-se atrelados às velhas tradições de vida, funcionamento e produção comunitária. Na verdade resistem ao neoliberalismo de Paz Estenssoro, retornando a práticas pré-capitalistas de produção,<sup>15</sup> o que para a economia política ortodoxa é uma aberração incompreensível.

Faz-se mister pesquisas *in loco* e estudos sobre as comunidades camponesas desde suas origens pré-colombianas, suas vicissitudes e seus esforços contínuos para destruí-las.

Os estudiosos mencionados nesta pesquisa são unânimes em afirmar que a chamada “comunidade campesina ou indígena”, cujas origens remontam ao *ayllu* incáico, em vez de perder influência e incidência frente à realidade socioeconômica, está recobrando sua força e vigência, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo. Os modernos sindicatos organizados a partir dos trabalhadores das ex-fazendas possuem entre os seus postos ou secretarias o chamado *jilakata* ou chefe, que é a autoridade máxima comunitária. Trata-se da permanência de uma cultura indígena andina recorrente e indestrutível, mesmo frente aos embates das mais modernas tecnologias e modelos de capitalismo.

Os valores e práticas tradicionais são mantidas, ante uma modernidade que promete muito mas oferece pouco. É preciso considerar as características do chamado modo de produção comunitária, com suas modalidades de auto-suficiência e seus componentes culturais antropológicos que, como demonstram as ancestrais culturas andinas e astecas, numa situação de crise agrupam-se em torno da comunidade e retornam ao seu velho estilo de carapaça frente a perspectivas incertas ou alternativas econômicas pouco claras e convincentes.

## CONCLUSÕES

Por tudo que foi exposto no decorrer do presente artigo pode-se afirmar que, no contexto latino-americano, a Bolívia aparece como um dos poucos casos de experiência política organizada pelas mulheres, especialmente aquelas dos setores populares. Não resta dúvida de que a mulher, freqüentemente excluída, mesmo antes da República, já participava de forma importante e variada. É evidente que na maioria dos casos esta participação foi espontânea, correspondendo a um período histórico de desenvolvimento das classes populares, cuja expressão na luta adquiria um caráter espontâneo, outras vezes radical e/ou regional.

Os momentos da vida nacional foram vividos com uma participação decisiva das mulheres, no contexto do MNR, lutando contra o regime oligárquico, as decisões imperialistas e/ou pressões dos Estados Unidos, especialmente no que concerne às empresas estatais capitalistas, que ao estabelecerem salários baixos afetavam seus maridos, dando lugar a um núcleo de luta e de reivindicações.

Os movimentos sociais surgidos na Bolívia perpassaram o âmbito local ou regional e alcançaram importância nacional e popular, não só no contexto das “Barzolas” do MNR, mas também do “Comité de Amas de Casa”, com reivindicações específicas de uma categoria explorada, massacrada e discriminada pelo contexto socioeconômico.

Não resta dúvida de que a análise apresentada está inserida num contexto legislativo, sociopolítico e econômico. Uma mentalidade governamental cujo principal e único propósito é proporcionar pequenas doses de ajuda, oferecidas em conta-gotas, a fim de conter as rebeliões sociais, não pode produzir um desenvolvimento sustentado. A ajuda governamental deveria ser oferecida em forma de créditos aos médios e pequenos produtores ou produtoras rurais. As políticas da bancada nacional deveriam apontar para a mesma direção. Os mais beneficiados deveriam ser as comunidades mais afetadas pelas catástrofes ambientais e os grupos de mulheres monoparentais de extrema pobreza, que possam fazer parte dos denominados pequenos produtores.

As políticas econômicas deveriam ativar a produção de pequenos e médios proprietários, sem provocar uma maior dependência externa, sem entrar em choque com as práticas tecnológicas tradicionais, visando proporcionar um aumento da demanda por parte dos consumidores e estimular a economia.

A ajuda internacional deveria estar destinada à saúde e à educação, pois uma população sem acesso à educação formal e afligida por doenças endêmicas não poderá contribuir para o crescimento sustentável da economia.

A epistemologia feminista sugere que integrar a contribuição das mulheres ao domínio da ciência e do conhecimento não constituirá uma mera adição de detalhes; não implicará meramente a visão, mas resultará numa mudança de perspectivas, como mulheres da América Latina. Mulheres estas que adentraram o século XXI com uma grande mágoa pela herança de descaso e velada discriminação em relação ao seu trabalho, a despeito da participação feminina como ator social.

A situação da Bolívia é crítica, apresentando uma insondável miséria e pobreza que sobrecarregam seus principais protagonistas, em especial o camponês.

## NOTAS

<sup>1</sup> A mulher considerada como minoria social, é explicada por Jurberg: “*Minorias sociais* não são mais vistas como desviantes, mas como grupos que têm possibilidades de efetuar transformações sociais, na medida em que não só transgridem as normas vigentes como também, no caso de minorias ativas, tentam questionar sua validade ou legitimidade. A sobrevivência do sistema depende de sua capacidade de transformar-se e, nesse aspecto, as minorias ativas possibilitam a ocorrência de mudanças sociais. Na medida em que tais minorias passam a ser estudadas como grupos sociais que não emergem de relações interpessoais, mas de fatores históricos e culturais que precedem e condicionam as relações interpessoais de seus integrantes, o fato de pertencer a esse grupo é, de certa forma, imposto a seus membros pelo consenso cultural (critérios externos) e igualmente pela percepção das características que compartilham com os demais membros de seus grupos (critérios internos) (1989, p. 4).

<sup>2</sup> Guevara chama a atenção para o fato de que “como en la mayoría de los países de América Latina los militares han ejercido el poder en Bolivia, de manera intermitente, desde las épocas de la independencia.” (1981, p. 19).

<sup>3</sup> “A imagen y semejanza de sus hermanos de las fábricas y las minas, también constituyeron milicias armadas para defender las tierras y haciendas ocupadas. Los campesinos, empero, no iniciaron allí su lucha por recuperar la tierra de sus antepasados: alzamientos campesinos los hubo en todas las épocas. Con un sentido moderno, los sindicatos campesinos se organizaron en la década de treinta, antes y durante la Guerra del Chaco y tuvieron su primer esplendor generalizado durante el gobierno nacionalista del mayor Gualberto Villarroel (1943/1946). Sin embargo, el alzamiento popular de 1952 se distingue de todos los precedentes por su profundidad y extensión a casi todo el país.” (Estellano, 1988, p. 40).

<sup>4</sup> Laserna chama a atenção para o fato de “en el marco de las transformaciones descritas que se entenderá mejor el cambio en los patrones de acción colectiva y, en general, el debilitamiento de las organizaciones sociales. Para comprender ese cambio hay que recordar que la Revolución Nacional de los años cincuenta consolidó en la población boliviana la percepción de que el cambio social era un fenómeno de carácter colectivo, es decir que afectaba a los grupos en cuanto tales, y que su logro era posible mediante la acción organizada del grupo.” (p. 240).

<sup>5</sup> “Muchas de nosotras hemos llegado al feminismo a partir de una militancia en los partidos políticos de la izquierda latinoamericana. Habíamos aprendido un estilo de militar, de organizar reuniones y participar en ellas, de definir objetivos políticos. Nuestra propia historia personal implica un cuestionamiento que empieza en el interior de los partidos, con un esfuerzo para justificarnos con nuestros camaradas, que nos tildaban – por supuesto – de pequeños-burguesas, desviacionistas, europeizadas, despolitizadas, etc.” (depoimento de Vásquez, 1985, p. 58).

<sup>6</sup> “Naquela época, o MNR governou a Bolívia, primeiro com Paz Estenssoro, depois com Hernán Siles Zuago e, novamente, Paz Estenssoro. Nós havíamos colocado esse governo no poder, governo que se dizia “nacionalista e revolucionário”, mas ele começou a não fazer caso do que o povo dizia e queria.” (Viezzler, 1986, p. 59; Paramio, 1985, p. 80-88).

<sup>7</sup> “The rank which women hold in society is still, in many respects, indeterminate... in the present state of things they are placed neither in the order of nature, nor in the order of society. Woman, she surmised,

was a hybrid being who lived in the uneasy condition of the freed slave; ‘helotism’ was the term which best spoke for her condition. Vexed herself by torments of self-consciousness which, she held, must afflict the ‘exceptional’ woman...” (1995, p. 39).

<sup>8</sup> “Por un puro “conformismo político”, se acepta saber *sólo* un determinado número de cosas y no otras. Por ejemplo, quiénes de nosotras no hemos dicho u oído: “a nosotras no nos interesa el poder.” Neto conformismo político. No “se acepta como verdadero” que las mujeres luchan por el poder. “Es un error” – se nos dice en todos los tonos – y claro que lo es: en el sentido del saber de “partido-tomado”. Como primeira consecuencia de este “saber” no recuperado respecto del poder, es que las mujeres aceptamos, primero, no luchar nunca por el poder, despreciarlo. Segundo, organizar, plantear y producir las luchas *por* algo: maternidad en versión de la salud, de los hijos, trabajo “para los compañeros”, etc., *no* como una lucha para adquirir, *reintegrarnos*, las condiciones reales del ejercicio de esos derechos.” (Kirkwood, 1985, p. 67).

<sup>9</sup> María Barzola foi uma célebre mulher mineira que encabeçou a marcha em defesa das liberdades sindicais e da economia popular, na qual perdeu a vida no dia 21 de dezembro de 1942, no que veio a denominar-se de “o massacre de Catavi” (ardaya, Gloria, *op. cit.*, p. 117). “La centralidad política o, si se quiere, la capacidad de articulación social del proletariado minero boliviano es incontrastable. Desde hace cuatro décadas, sus victorias y derrotas lo son también del conjunto de las clases subalternas. No extraña entonces que los héroes mineros traspasen su próprio ámbito para convertirse en representaciones populares. Mas, en la imaginería minera predominan los varones. La excepción es María Barzola, muerta en la masacre de Catavi (1942). ¿Corresponderá esto a las imágenes reales? O, por el contrario, forma parte de la invisibilidad histórica de la mujer que reclama Sheila Rowbotham. La cara oculta de la historia oficial-estatal e, incluso, la sindical, reduce los acontecimientos sociales. Allí, las mujeres, gentes sin historia, son subsumidas en la acción colectiva de *los* trabajadores. Ellas sólo acceden a la historiografía cuando se destacan por su valor o heroísmo; sus acciones “normales” no merecen un mayor recuento.” (Ostria, 1988, p. 177).

<sup>10</sup> Siglo XX era especificamente uma mina – em Llallagua. As mulheres dos trabalhadores organizaram um Comitê, devido à situação em que viviam, elas não podiam ficar tranqüilas, vendo as lutas que o povo ia sustentando, a necessidade levou-as a organizar-se. Na época da criação do Comitê, os mineiros da Siglo XX passavam por uma situação econômica bem ruim: a dívida da empresa para com os trabalhadores era de três meses, não chegavam víveres, não havia medicamentos

para a atenção médica. Então, os mineiros se organizaram para uma marcha, que consistia ir a pé, com suas esposas e filhos, até a cidade de La Paz. Era uma longa marcha, pois La Paz fica a uma distância de 335 quilômetros. Mas, o governo soube do plano e impediu que os trabalhadores prosseguissem com ele. Prenderam os dirigentes e os levaram para La Paz. Então, uma a uma, suas companheiras foram reclamar por seus esposos. Mas em La Paz, as trataram mal, procuraram pressioná-las, prendê-las e abusar delas. Cada uma voltava totalmente desmoralizada. Reuniram-se no Sindicato e fizeram suas queixas, contando o que lhes havia acontecido. E, ali surgiu a idéia: em vez de irem assim, cada uma por um lado, que se unissem e fossem juntas à La Paz, para conseguirem seus intentos.”, excertos do depoimento de Domitila (Viezzler, 1986, p. 63-64).

- <sup>11</sup> Estellano também ressalta o agordesenvolvimento implantado em Santa Cruz, beaseado em relações capitalistas de produção, onde se intalaram agroindústrias e se formou uma pequena, mas forte burguesía agroindustrial. Como resultado deste esforço a Bolívia hoje se autoabastece de açúcar e arroz. In: *op. cit.*, p. 44.
- <sup>12</sup> “En el ámbito internacional es cada vez más evidente que las políticas que persiguen, con rigor implacable, la reducción del Estado y la liberalización de la economía, causan daño a la mayoría desposeída, y no sólo en el corto plazo, y también que donde la pobreza está tan extendida y la desigualdad es tan extrema no puede haber crecimiento económico. El remedio podría ser una mayor intervención del Estado en la economía, aunque cuidadosamente dirigida.” (Dye, 1995, p. 50).
- <sup>13</sup> Estellano infere sobre este novo processo de concentração da propriedade de terra em Santa Cruz, informando que: “De los 9 millones de hectáreas distribuidas hasta 1980, unos 5 millones corresponden a 1.361 personas individuales con extensiones superiores a las 5 mil Hás. por persona. Mientras que 60 mil campesinos sólo poseen 900 mil Hás., o sea, una media de 15 Hás. por familia.” (1988, p. 44).
- <sup>14</sup> Para Huntington, “essas alterações em alfabetização, ensino e urbanização criaram populações socialmente mobilizadas, com capacidade aumentada e maiores expectativas, que podiam ser mobilizadas para fins políticos de modos em que não era possível mobilizar camponeses analfabetos. Sociedades socialmente mobilizadas são sociedades mais poderosas.” (1996, p. 102-103).
- <sup>15</sup> “La política oficial atual propone llevar a fondo la liquidación de las formas comunitarias bajo el pretexto de que esa manera se liquidará el minifundio y se daría paso a lo que ellos denominan el “agropoder”. Este no sería outra coisa que el entronizamiento definitivo de las grandes empresas agropecuarias.” (Estellano, *op. cit.*, p. 49).

## BIBLIOGRAFIA

ARDAYA, Gloria. “La mujer en la lucha del pueblo boliviano: las barzolas y el comite de amas de casa”. In: *Nueva Sociedad*, n. 65, Marzo/Abril 1983, Caracas, Venezuela.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. 1999. p. 73.

CEPAL. Aportes para la Evaluación del decenio de las Naciones Unidas para la mujer. In: *Nueva Sociedad*, n. 78, Julio/Agosto 1985, Caracas, Venezuela.

DYE, David R. et al. *Conflictos difíciles, soluciones parciales – la búsqueda del consenso en Nicaragua 1990-1995*, Junio 1995, Iniciativas Hemisféricas, Cambridge, Massachusetts.

ESTELLANO, Washington. “Bolivia: Hacia una segunda reforma agraria”. In: *Nueva Sociedad*, n. 93, Enero-Febrero 1988, Caracas, Venezuela. p. 39-50.

GUEVARA, Walter A. “Los militares en Bolivia”. *Nueva Sociedad*, n. 56-57, Septiembre-Octubre 1981, Caracas, Venezuela.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

JURBERG, Marise Bezerra. *A identidade social, as relações intra e intergrupais e a influência social de feministas no Rio de Janeiro*. São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1989.

KIRKWOOD, Julieta. “Feministas y políticas”. In: *Nueva Sociedad*, n. 78, Julio/Agosto 1985, Caracas, Venezuela.

KLEIN, Herbert S. *Historia general de Bolivia*. 2.ed. La Paz: Librería y Editorial “Juventud”, 1984.

\_\_\_\_\_. *Orígenes de la Revolución Nacional Boliviana – la crisis de la generación del Chaco*. La Paz: Librería y Editorial “Juventud”, 1968.

LASERNA, Roberto. *La democracia en Bolivia problemas y perspectivas*. La Paz, p. 229-259.

OSTRIA, Gustavo Rodríguez. “Las compañeras del mineral”. In: *Nueva Sociedad*, n. 93, Enero-Febrero 1988, Caracas, Venezuela. p. 177-186.

PARAMIO, Ludolfo. “Lo que todo marxista vulgar debe saber sobre feminismo”. In: *Nueva Sociedad*, n. 78, Julio/Agosto 1985, Caracas, Venezuela.

RILEY, Denise. “*Am I that name?*”: feminism and the category of “women” in history. Minneapolis, MN: The University of Minnesota Press, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma Ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

VÁSQUEZ, Ana. “Feminismo: dudas y contradicciones”. In: *Nueva Sociedad*, n. 78, Julio/Agosto, 1985, Caracas, Venezuela, p. 58. (Depoimento).

VIEZZER, Moema. *Se me deixam falar...Domitila: Depoimento de uma Mineira Boliviana*. 11.ed. São Paulo: Global Editora, 1986.